

Educação Fiscal: Uma Proposta Em Defesa Das Justiças Social E Fiscal Na Cidade De Manaus.

Ebenezer Brandao De Oliveira¹

Izaias Freitas Da Silva²

Ana Maria Ferreira Gomes³

RESUMO

O Brasil, tem sido palco de inúmeras discussões de como garantir a sustentabilidade fiscal a nível nacional. Apesar da Educação Fiscal ser um assunto desconhecido por muita gente, ela traz muita luz para o entendimento do cidadão auxiliando-o no entendimento dessas políticas tão relevantes. O objetivo geral desta pesquisa versa em propor alternativa para disseminar informações de como a Educação Fiscal pode servir de ferramenta de mobilização social em benefício da Sociedade Manauara. Diante do exposto, procurou-se investigar o nível de entendimento dos acadêmicos e docentes dos cursos oferecidos pela Escola Superior de ciências sociais, por entender essa população como vetores de transformação na sociedade local, através de questionário de coleta de dados aplicados nesse público. Diante do exposto, descobriu-se carência informacional a respeito do tema por parte dos discentes da ESO. Recomendamos que seja estudado a importância de um observatório Social em Manaus como agente transformador e propagador de justiças social e fiscal.

Palavras-chave: Educação Fiscal, Orçamento Participativo, Observatório Social.

Abstract

Brazil has been the scene of countless discussions on how to ensure fiscal sustainability at the national level. Although tax education is an unknown subject for many people, it brings a lot of light to the understanding of the citizen assisting him in the understanding of these relevant policies. The general objective of this research is to propose an alternative to disseminate information on how tax education can serve as a social mobilization tool for the benefit of the Manauara Society. Given the above, we sought to investigate the level of understanding of the academics and teachers of the courses offered by the School of Social Sciences, by understanding this population as vectors of transformation in local society, through a data collection questionnaire applied to this public. Given the above, it was found that the lack of information on the subject by ESO students. We recommend that the importance of a social observatory in Manaus be studied as a transformative agent and propagator of social and fiscal justice.

Keywords: Fiscal Education, Participatory Budgeting, Social Observatory.

¹Graduando do Curso De Ciências Contábeis da Universidade Do Estado do Amazonas-AM, eberbran8@gmail.com

²Graduando do Curso De Ciências Contábeis da Universidade Do Estado do Amazonas-AM, izaiasifs.56@gmail.com

³Professora orientadora: Mestre em Ciências Contábeis, Universidade Federal do Amazonas, dinnigomes57@gmail.com

INTRODUÇÃO

Atualmente, no Brasil, tem se discutido muito como garantir a saúde financeira das contas públicas. Em 05 de novembro de 2019, em apenas um dia o Presidente da República, Jair Bolsonaro, entregou ao Congresso Nacional três Propostas de emenda à constituição sendo integrantes de um conjunto que se denominou pacote econômico. As Propostas são batizadas de PEC Emergencial (186/2019) que definem gatilhos em defesa do equilíbrio Fiscal, a PEC pacto federativo (188/2019) que aumenta repasses da união aos demais Entes e a PEC da revisão dos fundos (187 /2019) que propõe a criação de alguns fundos e analisa a viabilidade de alguns já existentes.

Todavia, o Brasil está entre os países com a maior carga tributária do mundo, sendo a maior carga tributária da América Latina segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, e ocupa a 30ª colocação no *ranking* de Países que pior aplicam seus recursos (Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, 2015). Ainda assim, o governo federal estuda aumentar os impostos para reduzir o déficit das contas públicas. É preocupante saber que muito é pago para se obter qualidade de vida, mas a realidade é baixa qualidade de ensino, sistema de saúde precário, segurança ineficiente dentre outros déficits nos serviços públicos.

Diante dessa problemática, que também se apresenta a nível local, surgiu a questão que provocou e norteou este trabalho de pesquisa: Qual seria um meio eficiente que capacitasse a sociedade local através da Educação Fiscal, contribuindo para participação efetiva do cidadão nas políticas públicas locais, oferecendo ferramentas que promovam Justiça Social e Fiscal em Manaus?

O tema abordado justifica-se pela carência de informação em que a população manauara está submetida. Grandes debates de como garantir a sustentabilidade fiscal são protagonizados no Brasil tendo repercussões por todos seus entes federativos. Não adianta apenas dizer que a sociedade é omissa ou ignorante, se a própria não é educada e preparada para fiscalizar e participar de políticas públicas locais.

O objetivo geral desta pesquisa propõe em descobrir alternativa para disseminar informações de como a Educação Fiscal pode servir de ferramenta de mobilização social em benefício da Sociedade Manauara.

Para atender o objetivo geral, foram propostos os seguintes objetivos específicos: apresentar os benefícios do Orçamento Participativo à níveis nacional e

local; explanar sobre a relevância da Educação Fiscal à nível local, fundamentar o Acesso à Informação; demonstrar a importância dos Observatórios Sociais a nível nacional.

Metodologicamente, procurou-se investigar o nível de entendimento dos docentes e discentes matriculados nos cursos oferecidos pela Escola Superior de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Amazonas, através de questionário de coleta de dados. Como resultado, observou-se uma carência de conhecimento por parte dos discentes matriculados nesses cursos. A escolha desse objeto de estudo se deu por compreender essa população como futuros agentes de transformação social.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 Estado

O conceito de Estado se define como toda uma sistemática de direitos e de obrigações em que todos os seus membros estão imbuídos de cooperar para as suas diversas funcionalidades. Uma ligação pertinente é que para acontecer o fenômeno chamado de Estado, haverá o Contrato Social, sendo este o meio necessário para fazer nascê-lo, dando vida e forma aos seus sustentáculos.

À medida que os recursos produtivos se expandem e se aperfeiçoam, a atividade financeira pública fica ainda mais complexa. Da mesma forma que os recursos produtivos se expandem e se aperfeiçoam, também o fazem os desejos e as necessidades humanas (ROSSETTI, 1994).

O desenvolvimento dessas atividades está no âmbito da gestão da administração pública, que corresponde a um conjunto de operações com o objetivo de alcançar os fins próprios do Estado e desenvolve-se por meio de órgãos específicos de cada esfera de governo (MEIRELLES, 1995)

Todavia, percebe-se que toda essa estrutura não faria sentido, se não tivesse uma fonte suprindo recursos para o atendimento das necessidades públicas (saúde, educação, habitação, saneamento, transportes, segurança, urbanismo, justiça e outras). A essa fonte de alimentação se denomina de tributos, sendo categorizados em impostos, taxa e contribuição de melhoria.

A visão que a sociedade Civil tem a respeito de como esses recursos são arrecadados e como eles são geridos, diz muito sobre o grau de maturidade

democrática em que ela vive. A democratização da informação contribui para o progresso do país em que todos possam viver sem tantas disparidades sociais.

1.2 Acesso à Informação

O acesso à informação sempre foi de grande valia para a democratização de projetos, políticas públicas, ideias, prestação de contas, erradicação de desigualdades sociais de uma sociedade tanto idealizada e quanto desejada por muitos. Ao decorrer de nossa história, alguns passos foram protagonizados por leis e mecanismos que contribuíram para esse avanço em nossa sociedade.

Sobre essa contraprestação de informações relevantes, alocação dos recursos públicos por parte dos governos, prestação de contas, seja quaisquer informações a respeito de contas públicas, a literatura se encarregou de chamá-la de Accountability (SILVA, 2009 :341)

A popularização da internet beneficiou em grande escala a democracia brasileira por ser um meio de comunicação eficiente, rápido e grande propagador de ideais que possam ser discutidos em um breve espaço de tempo. O cidadão não precisa ir em alguma repartição pública atrás de informações. A esse respeito, um dos mecanismos que pode contribuir para o exercício da cidadania é assegurar que um maior número de moradores do município tenha acesso à internet. SANTANA JUNIOR (2008:69).

Outro grande marco histórico no acesso das informações se deu através da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) promulgada pelo governo Dilma Rousseff. Esta lei regulamenta e cria diversos mecanismos para qualquer pessoa, seja física ou jurídica, possa pleitear e receber informação pública de órgãos e entidades.

Em uma realidade de Emergência Fiscal pela qual passa o Brasil e com toda essa estrutura de informação disponível, se faz necessário que a população desperte interesse por questões de relevância social como o tema proposto.

1.3 Educação Fiscal

A Educação Fiscal é um processo de ensino baseado em três eixos – valores, cidadania e cultura fiscal – e que tem como objetivo construir uma cidadania participativa e consciente de seus direitos e obrigações.

Não se deve presumir que a Educação fiscal tenha apenas o objetivo de deixar o cidadão consciente de que deve pagar tributos, mas também deixá-lo ciente de seu compromisso de fiscalizar como esses recursos estão sendo aplicados. A ideia é fortalecer o cidadão sobre os seus direitos e obrigações para com o Estado, além das formas de participação deste no auxílio à gestão dos recursos públicos e no combate ao mau uso desses recursos. (BORGES E PEREIRA, 2014).

Atualmente, o país enfrenta um quadro de desequilíbrio estrutural das contas públicas, sanável apenas mediante reformas que restrinjam a expansão das despesas obrigatórias e reduzam a rigidez do orçamento. Segundo o relatório do Panorama Fiscal Brasileiro publicado em dezembro de 2018, a Dívida Bruta do Governo Geral - DBGG continuará em trajetória de crescimento continuado sem políticas de reformas fiscais, atingindo valores muito elevados. (PANORAMA FISCAL BRASILEIRO, 2019)

Algumas medidas estão sendo tomadas pelo atual Governo Federal para a garantia da sustentabilidade fiscal. Em 05 de novembro de 2019, o presidente da República, Jair Bolsonaro, entregou três propostas de emenda à constituição Federal tratando de medidas que visam ajustar as contas públicas ao Congresso Nacional. A este conjunto foi denominado de Pacote (SENADO, 2019)

O governo federal vem se mobilizando realizando programas como: O Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF – que tem como objetivo promover e institucionalizar a Educação Fiscal para o efetivo exercício da cidadania, visando ao constante aprimoramento da relação participativa e consciente entre o Estado e o cidadão, concorrendo para a defesa permanente das garantias constitucionais.

No Amazonas, o Programa de Educação Fiscal teve sua semente lançada em 1997, começado seus trabalhos em 1998. Por meio de decreto do Governo do Amazonas em 1999, o Programa foi implantado em todas as escolas públicas e particulares do Estado. Além das Escolas de ensino fundamental e médio, o Programa desenvolve atividades paralelas direcionadas para os servidores públicos federais, estaduais e municipais, universidades e a sociedade em geral, através de reuniões, palestras, visitas e seminários. (PROGRAMA EDUCAÇÃO FISCAL, 2014)

Sobre a questão do combate à sonegação fiscal, o governo do Amazonas tem estabelecido medidas para o combate dessa conduta. A Campanha Nota Fiscal Amazonense incentiva o contribuinte exigir a nota fiscal com seu CPF incluso. Desta maneira, o contribuinte ajuda a Secretaria da Fazenda do Amazonas a combater meios ilícitos de quem vende sem emitir a nota fiscal e ainda participa de sorteios

instantâneos, mensal, especial de valores de R\$ 200 a R\$ 50.000. (PROGRAMA ESTADUAL DE CIDADANIA FISCAL, 2015)

A prefeitura de Manaus também disponibiliza programas de combate à sonegação fiscal, oferecendo ao contribuinte créditos tributários para o abatimento no Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Basta o contribuinte exigir a Nota Fácil Manaus ou a Nota da Prefeitura com o seu CPF incluso. (MANAUS, 2019).

1.4 Orçamento Participativo

O Orçamento Participativo traduz uma ideia de como a sociedade pode participar do gerenciamento do orçamento público seja como consultada seja oferecendo propostas para a elaboração do mesmo.

Embora tenha sua origem na cidade de Porto Alegre em 1989, ainda continua sendo um programa inovador, pois suas regras promovem justiça social. Esse experiência já se expandiu para vários municípios brasileiros, chegando a ser reconhecida pela II Conferência da UN-Habitat em Istambul como uma das 42 melhores práticas mundiais de governança urbana. (ABRAHAM, 2015)

Entretanto, trazendo à realidade local, percebe-se que o orçamento participativo sofrera algumas modificações desde seu nome como também algumas de suas características essenciais. Para Conceição (2014), no caso de Manaus, o orçamento participativo recebeu a denominação de Orçamento Democrático no governo Serafim (PSB) e no governo do prefeito Arthur Neto (PSDB). Os dois governos manauaras procuraram diferenciar-se das políticas implementadas pelas administrações do PT. (COSTA, 2014)

No governo de Serafim, foram agendadas plenárias em tempo hábil para a população se programar com antecedência. Ao todo, houve dentro de 23 plenárias mais de 10 mil pessoas das comunidades de Manaus. O Orçamento Democrático, ocorrido no período de 2005 a 2008, garantiu a participação efetiva da sociedade na discussão da elaboração da distribuição do orçamento municipal. (COSTA, 2014)

Entretanto, sobre a segunda experiência em Manaus, Conceição questiona as autoridades da época sobre a eficácia da política do Orçamento Participativo na capital:

Em conversa telefônica com a Diretora de Diretrizes e Elaboração Orçamentária da SEMEF, Karliley Capucho, realizada no dia 26/05/2014, os

problemas de dificuldades técnicas tanto para apoio aos projetos de emendas orçamentárias quanto para organização e regulamentação para discussão do OP com a sociedade, o trabalho da SEMEF é dificultado porque a secretaria não conta com pessoal disponível para realização destas atividades. Não nos cabe aqui, questionar sobre o porquê ou não da contratação de uma equipe técnica preparada para atender a sociedade na formulação dos projetos de emendas orçamentárias, porém fica registrado, e nosso anseio é que este levantamento possa criar expectativa e ação política que venha sanar este problema.

Todavia, o que se percebe na segunda experiência do Orçamento Democrático vivenciada em Manaus referente ao Plano Plurianual 2014 – 2017, é que não aconteceu de maneira eficaz como a edição anterior. Primeiro, por não haver regulamentação específica para que realmente acontecesse tal ação, e logo em seguida, muito menos pessoas de nível técnico preparadas para receber e atender a sociedade nos seus anseios sociais. (CAMARA, 2008 *apud* COSTA,2014).

1.5 Observatório Social

Em virtude de uma série de transformações que modernidade líquida trouxe a sociedade brasileira nos últimos anos, houve a necessidade criação de meios mais eficazes para a efetividade da Accountability dos órgãos gestores dos recursos públicos. Atuando como pessoa jurídica, em forma de associação, um Observatório Social do Brasil prima pelo exímio trabalho técnico, fazendo uso de uma metodologia de monitoramento das compras públicas em nível municipal, desde a publicação do edital de licitação até o acompanhamento da entrega do produto ou serviço, de modo a agir preventivamente no controle social dos gastos públicos. (PORTAL OFICIAL DO OBSERVATÓRIO SOCIAL DO BRASIL, 2018)

Entre os pontos fortes destaca-se o apartidarismo. De acordo com o último balanço da Rede OSB em 2018, publicado o Portal Oficial Observatório Social do Brasil (2018). Atualmente, o trabalho do OSB está difundido em 140 municípios, em 16 estados e no Distrito Federal. A previsão é de que, ao final de 2019, mais de 90 novos observatórios sejam criados. Em todo o País, a rede de voluntários reúne 3,5 mil pessoas trabalhando pela causa da justiça social. O conjunto dos observatórios já gerou uma economia superior a R\$ 3 bilhões para os cofres municipais, entre 2013 e

2017. O estado do Amazonas é contemplado com um observatório social na cidade de Benjamin Constant.

2. Materiais e métodos

Os objetivos da pesquisa foram classificados como exploratória e descritiva a pesquisa exploratória e descritiva são as que tem por objetivo definir melhor o problema, proporcionar as chamadas intuições de solução, descrever comportamentos de fenômenos, definir e classificar fatos e variáveis. (SALOMON 1973, p. 141 *apud* SILVA 2017, p. 119). Destarte, a pesquisa objetivou analisar o nível de percepção sobre o conceito de educação fiscal dos discentes e docentes dos cursos oferecidos pela Escola Superior de Ciências Sociais da UEA, por entender esse público-alvo como agente de transformação.

Sobre abordagem, a natureza da pesquisa se classifica quantitativa. Segundo RICHARDSON (1989), o método quantitativo caracteriza-se pelo emprego da quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento dessas através de técnicas estatísticas, desde as mais simples até as mais complexas.

No que diz respeito aos procedimentos utilizados na pesquisa, a presente pesquisa se define como bibliográfica e de campo. Bibliográfica, em virtude de a fundamentação teórico-metodológica ser pautada na investigação de conteúdos publicados, relatórios, panoramas, livros, artigos acadêmicos, vídeos do *youtube* e sites de referência sobre o assunto. Para SILVA (2015), "a pesquisa bibliográfica objetiva colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito sobre determinado assunto, com a finalidade de colaborar na análise de sua pesquisa." E de campo, pela necessidade de realizar pesquisa *in loco*.

Para coleta de dados julgados importantes sobre a resolução da problemática exposta, utilizou-se questionários como instrumento de pesquisa com questões abertas, fechadas e múltiplas escolha. Foram utilizados softwares do pacote Microsoft Office para confecção dos textos e gráficos.

A população que reflete aos objetivos do estudo proposto será formada pelos acadêmicos e docentes dos cursos de Ciências Contábeis, Economia, Administração, Direito da Universidade do Estado do Amazonas. O método de amostragem utilizado

será o de julgamento não probabilístico por acessibilidade ou conveniência, sendo predominantemente intencional.

A aplicação da pesquisa foi efetuada pelos próprios pesquisadores, na intenção de garantir a qualidade do trabalho de campo e regularidade de tratamento dado a todos os participantes sendo lhes informados sobre a garantia do sigilo de suas identidades e dados pessoais

3. ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerando a metodologia engajada para o alcance dos resultados afim de averiguar a solução do problema. Apresentam-se os dados a seguir como forma de interpretação do público entrevistado. De antemão, a escolha do público-alvo aconteceu em virtude desse grupo de pessoas possuírem funções sociais relacionadas com a profundidade do objetivo do tema a ser pesquisado. Analisando assim, o grau de percepção dessas pessoas sobre o assunto, descobrir as suas limitações e procurando ideias de como superar os desafios detectados. Tendo em vista, esse público poder contribuir de alguma forma para a causa da justiça social como vetores da informação.

O público-alvo se divide em dois grupos distintos, sendo o primeiro grupo composto por acadêmicos dos cursos Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas e Direito oferecidos pela Escola Superior de Ciência Sociais da UEA. E o segundo grupo composto pelos docentes ministrantes de aulas dessas ciências.

3.1. Sobre a função Social

Quadro 1 – Dos discentes

Curso	Quantidade de alunos	Percentual
Administração	53	22%
Ciências Contábeis	127	52%
Ciências Econômicas	17	7%
Direito	46	19%
Total	243	100%

Fonte: Os autores

Da população de 1.516 desses discentes matriculados nesses cursos, foram entrevistados 243 alunos representando uma amostra de 16,03% e 12 docentes representando 15,79% do universo de 76 professores. Assim sendo, procurou-se explorar de forma equânime a quantidade das amostras pesquisadas.

Quadro 2 – Dos docentes

Curso	Quantidade de professores	Percentual
Administração	5	42%
Ciências Contábeis	4	33%
Ciências Econômicas	2	17%
Direito	1	8%
Total	12	100%

Fonte: Os autores

Entretanto, investigou-se no universo de discentes uma amostra estratificada desproporcional dando ênfase ao curso de ciências contábeis. Tal exploração se deu afim de compreender melhor sobre o entendimento desse subgrupo haja vista o tema ser bastante pertinente à sua vida acadêmica.

3.2. Faixa etária dos entrevistados

Constatou-se um vasto subgrupo de jovens discentes pertencentes à faixa etária de 18 a 25 anos representando 91% da amostra, tendo inclusive uma jovem com 17 anos de idade matriculada no curso de Administração. Para efeito de contagem, esta discente foi contabilizada nesse subgrupo. Os docentes apresentam faixas etárias mais avançadas.

Quadro 3 – Faixa etária dos discentes

Faixa Etária	Alunos	Percentual
18 a 25 anos	220	91%
26 a 35 anos	18	7%
36 a 45 anos	5	2%
Total	243	100%

Fonte: Os autores

Quadro – Faixa etária dos docentes

Faixa Etária	Professores	Percentual
--------------	-------------	------------

36 a 45 anos	6	50%
46 a 55 anos	4	33%
Acima de 55 anos	2	17%
Total	12	100%

Fonte: Os autores

3.3. Sobre as fontes e os veículos de informação

Tabela 01

Veículos de comunicação	Alunos	Professores
Escola	12	1
Universidade	111	11
Internet	42	5
Televisão	5	2
Outros	6	3
Preciso estudar mais sobre o assunto	108	1

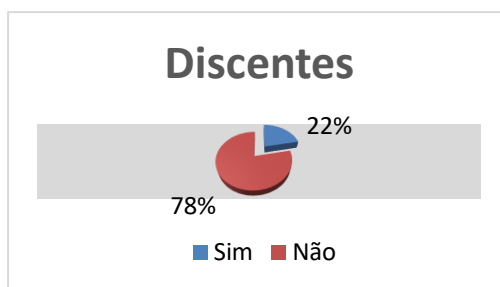
Fonte: Os autores

Se fez necessário descobrir quais os principais veículos difusores de Educação Fiscal à população local. Nesse item, foi permitido aos respondentes assinalar mais de uma alternativa em suas respostas. Observou-se a Universidade como a maior propagadora desse tipo de educação. Não obstante, a Escola demonstrou ser uma das fontes propagadora que menos contribuiu para este tipo de formação. Vale relatar, que o programa de educação fiscal começou seus trabalhos em 1998 consoante parte descritiva.

3.4. Políticas Públicas que envolvam Cidadania fiscal

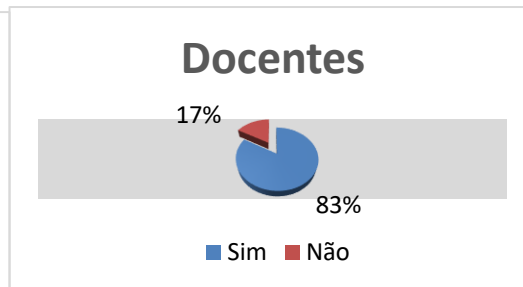
Políticas públicas que envolvam cidadania fiscal como exemplo a do Orçamento Participativo ainda é algo incipiente na percepção dos acadêmicos. No Gráfico 01, aponta que 78 % dos acadêmicos desconhece o que seja Orçamento Participativo como observa no Gráfico 01. Porém, no Gráfico 02, o corpo docente possui conhecimento dessa prática sendo representado por 83% dos respondentes.

Gráfico 01



Fonte: Os autores

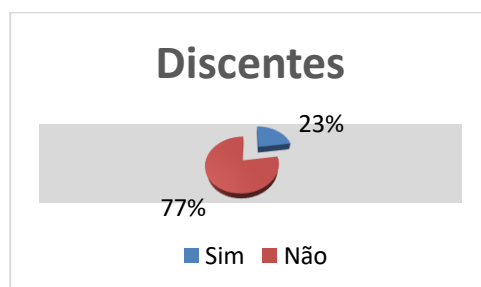
Gráfico 02



Fonte: Os autores

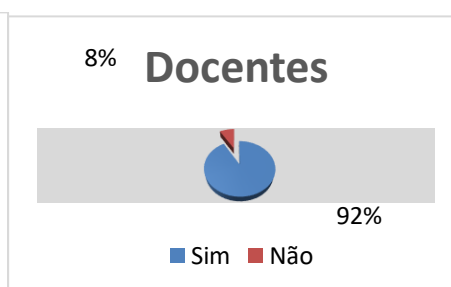
3.5. Observatório Social como núcleo difusor de Justiça Social e Fiscal

Gráfico 03



Fonte: Os autores

Gráfico 04



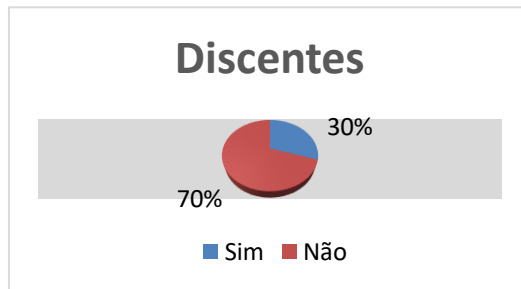
Fonte: Os autores

Sobre Observatórios Sociais como núcleos de difusão de justiça social e fiscal, percebe-se a predominância do desconhecimento deste tipo de Organização não Governamental no grupo dos discentes representando 77%, e minoria conhecedora representada em 23%, conforme demonstra o Gráfico 03. Em contrapartida, no Gráfico 04, a maior parte do corpo docente demonstrou ter conhecimento deste núcleo difusor de responsabilização social sendo representada por 92%.

3.6. Políticas atuais de Sustentabilidade Fiscal

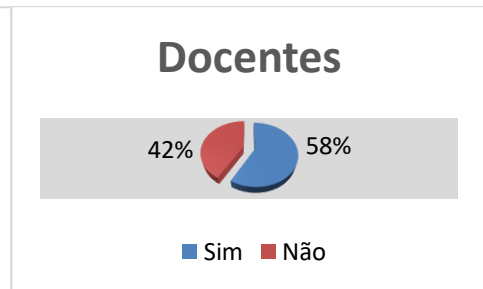
No Gráfico 05, observou-se grande parte dos acadêmicos não acompanharem medidas atuais que o governo está sugerindo ao Congresso Nacional para viabilizar a sustentabilidade fiscal à nível nacional, refletindo 70% de não interesse sobre assuntos relevantes como o do Pacote Econômico. O público do corpo docente se divide quanto ao acompanhamento dessas tratativas atuais, porém a maior parte demonstrou interesse no assunto representando 58% dos entrevistados.

Gráfico 05



Fonte: Os autores

Gráfico 06



Fonte: Os autores

3.7. Avaliação da qualidade do retorno dos tributos em forma de serviços à sociedade.

Gráfico 07



Fonte: Os autores

Gráfico 08



Fonte: Os autores

No gráfico 07, a avaliação da devolução dos recursos à sociedade demonstrou numa sequência decrescentes das alternativas ruim, péssimo, regular, não sei opinar, bom e ótimo apontando insatisfação por grande parte deste discentes. No gráfico 08,

há uma média de opinião dos docentes entre regular, péssimo e ruim com uma diferença pouca de margem. Isto posto, conclui que a maior parte dos entrevistados não está satisfeita com a forma de como os tributos são convertidos e entregues à sociedade na condição de serviços públicos.

3.8 Eficácia do acesso à informação

Tabela 03

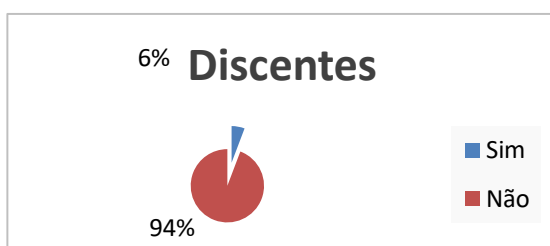
Acesso à informação e sua avaliação	Acadêmicos	Professores
1. Já solicitaram serviços ao portal da transparência	73	3
1.1 Julgaram ser ÓTIMO a prestação do serviço	4	0
1.2 Julgaram ser BOM a prestação do serviço	53	2
1.3 Julgaram ser RUIM a prestação do serviço	16	1
2. Nunca solicitaram serviços ao portal da transparência	170	9
3. TOTAL GERAL	243	12

Fonte: Os autores

Na tabela 03, lê-se que maior parte dos entrevistados nunca solicitaram serviço ao portal da transparência. E aos que solicitaram em ambos grupos, verificou-se a maioria classificar a prestação do serviço como bom.

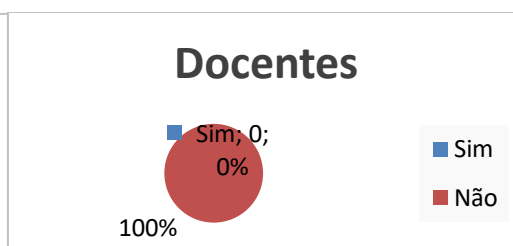
3.9 Pessoas Jurídicas Capacitadoras do Cidadão

Gráfico 09



Fonte: Os autores

Gráfico 10



Fonte: Os autores

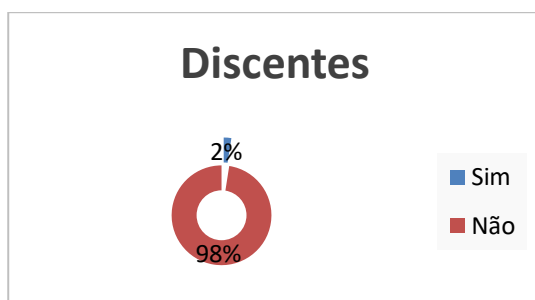
Objetivou-se nesta seção, fazer um levantamento de pessoas jurídicas que desenvolvem atividades em prol do aprimoramento do cidadão.

Descobriu-se que há pessoas jurídicas que possuem essa vertente de ações que capacite a sociedade para responsabilidade social. No gráfico 10, o corpo docente demonstra não conhecer alguma pessoa jurídica que dispõem da prestação de tal serviço. Não obstante, apenas 6% do público discente diz conhecer estabelecimentos que desenvolvem ações em prol do desenvolvimento do cidadão conforme observa no Gráfico 09. Dentre as pessoas jurídicas citadas, estão: Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Estado, Instituto Ágape, Instituto Tchibum, Instituto Igarapés Limpos, Orgs, Instituto Ajuricaba, Escola do Legislativo da Assembleia Legislativa do Assembleia, Remada Ambiental, Conselhos Regionais de Administração e Contabilidade, MEI Am.

3.10 Qualificação oferecida pela Escola Nacional de Administração Pública

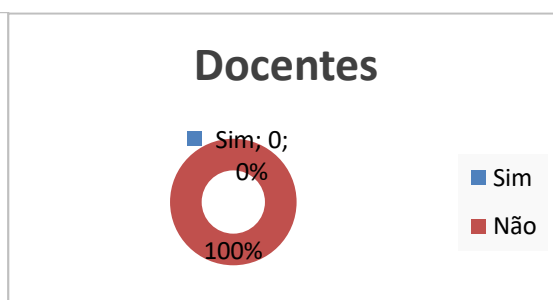
Os cursos oferecidos pela Escola Nacional de Administração Pública, na plataforma EAD, possuem temas relacionem diretamente ou indiretamente com o objetivo a ser alcançado. Procurou-se investigar a quantidade de pessoas estão procurando essa qualificação através desses cursos on-line.

Gráfico 11



Fonte: Os autores

Gráfico 12



Fonte: Os autores

Nos Gráfico11, observa-se que98% da discente não procuraram cursos nessa modalidade de ensino oferecidos por aquela Escola. Desses 2% restantes, questionou-se sobre quais cursos foram realizados a fim de compreender que tipo de qualificação lhes interessa. Os cursos procurados foram Prevenção à Lavagem de Dinheiro, Noções de Orçamento Público, Direitos Humanos, Licitações e Contratos e Educação Fiscal. No gráfico 12, demonstra que 100% do quadro de professores não realizaram algum tipo de curso naquela Escola. Entende assim, que há uma discreta

sensibilização por parte dos discente quanto qualificação de temas que contribuam para sociedade como um todo. Deduz ainda, que a maior parte dos entrevistados desconheçam o que seja a Escola Nacional de Administração Pública e suas plataformas de ensino, haja vista o número dos entrevistados ser bastante expressivo quanto a não realização dos cursos oferecido.

3.11 O conceito de Cidadania Fiscal

Avaliou-se o nível de percepção do conceito de Cidadania Fiscal comum a forma de compreender até que ponto o tema está presente na cultura dos entrevistados. Quanto aos professores, todos que responderam demonstraram ter propriedade sobre o assunto, tendo apenas 2 professores que não responderam este item do questionário

Quanto aos discentes, as respostas estão divididas. Há uma predominância dos que desconhecem o assunto de Cidadania Fiscal juntamente com os que possuem apenas noções básicas e outros que imaginam o que seja. Chama a atenção dois alunos responderem questão usando termos bastante técnicos utilizados na Administração Pública ao passo que muitos responderem simplesmente a palavra NADA.

3.12 Avaliação de todos dados levantados

Diante da realidade apresentada na parte descritiva desta pesquisa a nível nacional e contrastada com a realidade local consoante a parte exploratória, obtiveram-se resultados que demonstram discrepância entre as duas realidades.

Descobriu-se que a amostra analisada dos acadêmicos pertencentes a esses cursos é carente quanto ao conceito de Educação e Cidadania Fiscal. E que esta carência informacional, poderá contribuir para um futuro sentimento dos mesmos de impotência perante às exigências que o mundo liquido atual impõem à sociedade, onde estes não terão capacidade ou conhecimento para exigir a efetividade da justiça social.

Ainda, apenas 6% dos entrevistados conhecem pessoas jurídicas que oferecem serviços de capacitação ao Cidadão. Esta informação refuta a hipótese dessa

pesquisa, contudo não inviabiliza a proposta do objetivo geral que é um estudo profundo sobre a importância de um Observatório Social na cidade de Manaus.

3.13 Proposta de medidas participativas da escola superior de ciências sociais que viabilizem o aprimoramento do seu corpo docente.

Perante os desafios plotados nesta pesquisa, é urgente uma abordagem mais ampla sobre tema na Escola Superior Ciências Sociais– ESO/ UEA. Propõe-se a criação da disciplina Educação Fiscal como disciplina optativa para todos os cursos da UEA, incluindo discentes de outros centros acadêmicos pertencentes a UEA. Dentre os assuntos, pode-se trabalhar: Como fazer declaração de Imposto de Renda, Políticas Públicas que envolvam Educação Fiscal, Orçamento Participativo, Contribuição dos Observatórios Sociais, Controle Social, Controle dos Gastos Públicos, e Vícios de Licitações.

Sugere-se maior estreitamento entre Escola Superior Ciências Sociais e Núcleo Apoio Fiscal e Contábil (NAF) em prol de medidas, em parceria, identifiquem desafios a serem trabalhados e adoção de medidas que supram essas deficiências acadêmicas

Constata-se um número reduzido estabelecido pela coordenação do Curso de Ciências Contábeis para o aproveitamento de horas complementares na categoria EAD. Assim sendo, sugere-se uma maior dilatação do número de aproveitamento dessas horas complementares na plataforma EAD, tendo em vista os acadêmicos de contabilidade poderem usufruir dos cursos oferecidos pela Escola Nacional de Administração Pública e, conseqüentemente, o aproveitamento de horas complementares. Sugere-se ações que incentivem aos acadêmicos de ciências contábeis a procurarem os cursos oferecidos pela ENAP. Amplia-se essa sugestão aos demais cursos oferecidos pela ESO pelo entendimento de que essas ciências sociais não são excludentes quanto as suas contribuições desejadas, mas sim complementares.

3.14 Proposta de criação de observatório social como agente transformador e promovedor de justiça fiscal e social na cidade de Manaus

Nesta pesquisa, não foi abordada casos de corrupção local como uma forma de não pôr em risco a credibilidade do trabalho proposto. Primando assim, pelo o apartidarismo, qualidade dos resultados apresentados e a fidedignidade da realidade

investigada. Entretanto, estudos comprovam que crimes tributários, principalmente a Sonegação Fiscal, são mais nocivos que a corrupção em si mesma. Não há dúvidas que órgãos como as controladorias-geral do Estado e da União e outros órgãos têm combatido práticas nocivas ao mau uso do dinheiro público.

Entretanto, não há como refutar a ideia de que a criação de um Observatório Social em Manaus trará grandes avanços em ações visem a garantia da sustentabilidade fiscal. Implicando assim, em resultados positivos nas políticas públicas de promoção de justiça social e fiscal conforme abordado na parte descritiva desta pesquisa. Assim, Manaus irá dar um passo rumo ao avanço de políticas igualitárias, contribuindo dessa maneira, com a transição do Estado Herdado para o Estado Almejado. Importante relatar, que estes tipos de observatório têm contribuído para a capacitação da sociedade em geral oferecendo curso que envolvam diretamente ou indiretamente o assunto de Cidadania Fiscal

Por oportuno, destaca-se aqui, que dentre as várias ações que compõe a PEC do Pacto Federativo entregue esse ano ao Congresso Nacional pelo Presidente da República, uma tem ganhado destaque pela intrínseca semelhança com o Objetivo Geral proposto neste trabalho. As criações de um Conselho Fiscal nesta PEC e um Observatório Social em Manaus, deixa claro que ambas ideias possuem a mesma finalidade: a saúde financeira das contas públicas. Esta pesquisa demonstra que está de acordo políticas nacionais atuais.

Esta proposta é tangível sim, pois a cidade de Benjamin Constant no interior do Amazonas já é contemplada com um Observatório Social.

4.Considerações Finais

Embora Educação Fiscal seja um termo desconhecido para muitos, inúmeros benefícios ela traz à sociedade manauara ao passo que esta ferramenta contribui para inserção do cidadão nas decisões políticas públicas locais. Desse ponto, a falta de disseminação impede ao cidadão ser um construtor de uma sociedade mais humanizada, justa e igualitária. Ainda é um obstáculo a ser superado, adquirindo dessa forma uma realidade social desejada.

Entretanto, o desafio investigado não se responde apenas com as ações promovidas nessas unidades. Sendo assim, um observatório social atrai muito mais

força para a saúde financeira das contas públicas do município em decorrência do seu poder de educar e intervir.

Em consequência, não foi possível investigar os programas de cidadania fiscal em que os Estado e municípios têm desenvolvido para garantia da sustentabilidade fiscal à níveis local e regional. Há grandes ideias sendo exploradas pelos municípios do Brasil. Uma das características principais desses programas é a inclusão do CPF do contribuinte na Nota Fiscal.

Para tanto, orientam-se estudos investigativos, em conjunto com outras ciências, de como essas campanhas de CPF na nota ficarão quando a Lei de Proteção de Dados (13.709/2018) começar a entrar em vigor(agosto/2020). Até quem ponto essas campanhas de CPF incluso pode ir de encontro com a Lei de Proteção de dados. E se não existe alternativa para combater a sonegação fiscal sem solicitar o CPF na nota.

Recomendamos que seja estudado a importância de um observatório Social em Manaus como agente transformador e propagador de justiça social e fiscal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAHMAN, Marcus. **Orçamento Público como Instrumento de Cidadania Fiscal**. Revista Direitos Fundamentais e Democracia, 2015.

BORGES, Erivan Ferreira; PEREIRA, José Matias. **Educação fiscal e eficiência pública: um estudo das suas relações a partir da gestão de recursos municipais**. REPeC – Revista de Educação e Pesquisa em contabilidade. ISSN: 1981- 8610 – Vol. 8, nº 4, p. 437-453, Out. /Dez. 2014

CAMARA, Evelina Santana da. **O Orçamento Democrático e sua efetividade no município de Manaus**. Manaus: CIESA, 2008. P. 61-74.

COSTA, Conceição Martins. **Análise de Orçamento Participativo em Manaus como Arranjo Institucional de Co-gestão Pública**. São Paulo: 2014.

MEIRELLES, H. L. **Direito administrativo brasileiro**. 20. ed. São Paulo: Malheiros, 1995.

MANAUS, Prefeitura. **Contribuintes podem solicitar on-line crédito para o IPTU 2020**. Disponível em: <<http://www.manaus.am.gov.br/noticia/contribuintes-credito-iptu-2020/>>. Acesso em :14/11/2019.

Panorama Fiscal Brasileiro. Disponível em:<<http://www.fazenda.gov.br/centrais-de-conteudos/publicacoes/analises-e-estudos/arquivos/2018/panorama-fiscal-brasileiro.pdf/view>>. Acesso em: 28/10/2019.

Programa de Educação Fiscal desenvolvido no Amazonas ganha prêmio nacional. Disponível em:<<http://www.amazonas.am.gov.br/2014/11/programa-de-educacao-fiscal-desenvolvido-no-amazonas-ganha-premio-nacional/>>. Acesso em : 05/10/2019.

Programa Estadual de Cidadania Fiscal. Disponível em:<<https://nfamazonense.sefaz.am.gov.br/nota-fiscal-amazonense/como-funciona/>>. Acesso em: 05/10/2019.

PORTAL OFICIAL OBSERVATÓRIO SOCIAL DO BRASIL. **De olhos bem abertos**. Disponível em <<http://osbrasil.org.br/com-os-olhos-bem-abertos/>> Acesso em :19/10/2019.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1989.

ROSSETTI, J. P. **Introdução à economia**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

SALOMON, Délcio Viera. **Como fazer uma Monografia**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SANTANA JUNIOR, J.J.B. **Transparência fiscal eletrônica: uma análise dos níveis de transparência apresentados nos sites dos poderes e órgãos dos estados e do Distrito Federal do Brasil.** Recife: 2008

SILVA, L.M. **Contabilidade governamental: um enfoque administrativo.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SILVA, Luiz Martins; KUPSKI, Roberto. **Educação Fiscal e inteligência coletiva.** Jornal do comercio, Manaus, nov. 2014. Disponível em: Visto em 07 out. 2015

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da Pesquisa Aplicada à Contabilidade.** Salvador: UFBA, Faculdade de Ciências Contábeis, 2017

SENADO, Agência. **Conheça as primeiras propostas do novo pacote econômico do governo.** Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/videos/2019/11/conheca-as-primeiras-propostas-do-novo-pacote-economico-do-governo>>. Acesso em: 10/11/2019.

APÊNDICE A – Questionários

Pesquisa dos Discentes e Docentes dos Cursos oferecidos pela Escola Superior de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Amazonas- UEA.

Caro entrevistado,

Ao participar desta entrevista, você estará contribuindo para a realização deste trabalho e possíveis mudanças na qualidade de ensino na Escola Superior de Ciências Sociais (ESO), o que possibilitará em mudanças positivas nos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas e Direito. Portanto, prima-se por meio desse instrumento de pesquisa, sigilo absoluto de identidade.

1. Qual a sua ocupação?

() Estudante da UEA. Qual Curso? _____

() Professor da UEA. Qual curso? _____

2. Qual a sua faixa etária?

() 18 a 25. () 26 a 35. () 36 a 45. () 46 a 55. () acima de 55.

3. Dentre as alternativas, abaixo, onde você teve conhecimento sobre Educação Fiscal?

Escola Universidade Internet Televisão

Preciso estudar mais sobre o assunto Outros

4. Você tem conhecimento sobre Orçamento Participativo ou Orçamento Democrático?

Sim. Não.

5. Você já ouviu falar sobre Observatório Social?

Sim. Não.

6. Atualmente, no Brasil, há grandes discussões sobre como garantir a sustentabilidade fiscal à nível nacional, você já procurou entender sobre as propostas de emenda constitucional do pacote econômico (PEC do Pacto Federativo, PEC emergencial, PEC dos Fundos Públicos)?

Sim. Não.

7. Segundo o Relatório do Panorama Fiscal brasileiro publicado em 2018, o Brasil possui uma das maiores cargas tributárias do mundo, sendo a mais alta da América Latina. Como você avalia a devolução desses tributos à sociedade em forma de serviços?

Péssimo Ruim Regular Bom Ótimo Não sei opinar

8. Sobre a lei do acesso a informação (Lei nº 12.527/2011), muitas solicitações foram atendidas em tempo hábil. Você já solicitou alguma informação ao portal da transparência?

Sim. Como você avalia o serviço prestado? Ótimo Bom Ruim
 Não.

9. Você conhece alguma pessoa jurídica, seja Conselho, seja Organização Não Governamental no Estado do Amazonas que capacite o Cidadão para que possa ser participativo nas políticas públicas locais?

Sim. Qual? Não.

10. Você já fez algum Curso EAD no site da Escola Nacional da Administração Pública?

Sim . Qual? Não.

11. O que você entende sobre Cidadania Fiscal?